

Queda do desmatamento anima governo, mas Cerrado mantém alerta e coloca Tocantins no centro do desafio ambiental brasileiro

diariotocantinense.com.br/2026/06/01/queda-do-desmatamento-anima-governo-mas-cerrado-mantem-alerta-e-coloca-tocantins-no-centro-do-desafio-ambiental-brasileiro

Fernanda Cappellesso

June 1, 2026



O Brasil registrou em 2025 uma redução de 20,6% no desmatamento da vegetação nativa e fechou o ano com 984.794 hectares desmatados, segundo dados divulgados pelo MapBiomas. O resultado representa a primeira vez desde 2019 que o país fica abaixo da marca de 1 milhão de hectares devastados em um único ano.

O número foi recebido como sinal positivo por órgãos ambientais e pelo governo federal, mas especialistas ouvidos por instituições de pesquisa e veículos nacionais afirmam que os dados ainda estão longe de representar uma mudança estrutural definitiva na proteção ambiental brasileira.

O principal motivo é o Cerrado.

Mesmo com a redução registrada em praticamente todos os biomas, o Cerrado continua liderando o ranking nacional de perda de vegetação nativa. E o Tocantins aparece no centro desse debate.

O Estado integra a região do Matopiba — formada por Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia — considerada atualmente a principal fronteira de expansão agrícola do país. É justamente nessa região que se concentra uma das maiores pressões ambientais do território brasileiro.

A coordenadora do MapBiomas Alerta, Ane Alencar, pesquisadora do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), afirmou que a redução nacional demonstra avanço das [políticas](#) de monitoramento e fiscalização, mas alertou que o Cerrado continua exigindo atenção especial.

“O Cerrado ainda concentra a maior área desmatada do país e segue sendo o bioma mais pressionado pela expansão da fronteira agrícola”, destacou a pesquisadora em análise divulgada pelo MapBiomas.

A avaliação é compartilhada por pesquisadores da Universidade de Brasília (UnB), do IPAM e do Instituto Socioambiental (ISA), que apontam que a queda nacional ocorreu em meio ao fortalecimento do monitoramento por satélite, retomada de operações de fiscalização e aumento da pressão internacional sobre cadeias produtivas ligadas ao agronegócio.

Para o climatologista Carlos Nobre, um dos pesquisadores brasileiros mais reconhecidos internacionalmente na área ambiental, a redução é relevante, mas ainda insuficiente diante da velocidade das mudanças climáticas.

“O desmatamento continua em níveis incompatíveis com a estabilidade climática necessária para o país”, afirmou o cientista em debates recentes sobre transição ecológica e proteção dos biomas brasileiros.

O alerta ganha ainda mais peso no Tocantins.

Dados do próprio MapBiomas mostram que municípios do Matopiba aparecem entre os que mais registraram abertura de novas áreas nos últimos anos. A expansão agrícola, especialmente da soja, do milho e da pecuária, mantém a região sob monitoramento constante de órgãos ambientais.

Segundo o pesquisador Raoni Rajão, professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e integrante de grupos de monitoramento ambiental, parte da redução observada no país está associada a uma combinação de fatores econômicos, tecnológicos e regulatórios.

“Hoje existe mais controle sobre cadeias produtivas, maior rastreabilidade e mais exigências dos mercados internacionais. Isso produz impacto direto sobre o comportamento do desmatamento”, explicou em análises recentes sobre governança ambiental.

No Tocantins, entretanto, especialistas destacam que o debate envolve um desafio adicional: equilibrar crescimento econômico e preservação ambiental.

O Estado tem ampliado participação na produção nacional de grãos e se consolidado como corredor logístico estratégico entre Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Ao mesmo tempo, pesquisadores alertam para a necessidade de preservar áreas consideradas fundamentais para a manutenção dos recursos hídricos.

O Cerrado é responsável por abastecer algumas das principais bacias hidrográficas do Brasil e costuma ser chamado por especialistas de “caixa d’água do país”.

O pesquisador Ricardo Abramovay, professor sênior da Universidade de São Paulo (USP), avalia que o desafio brasileiro deixou de ser apenas impedir novos desmatamentos.

“O futuro da competitividade agrícola depende cada vez mais da conservação ambiental, da recuperação de áreas degradadas e do uso eficiente da terra”, argumenta.

A avaliação encontra eco inclusive entre representantes do setor produtivo.

Entidades ligadas ao agronegócio defendem que parte da expansão agrícola recente ocorreu dentro das regras do Código Florestal Brasileiro e afirmam que a produtividade deve avançar por meio da tecnologia e da intensificação da produção, reduzindo a necessidade de abertura de novas áreas.

Mesmo assim, pesquisadores alertam que os números continuam elevados.

Apesar da queda de 20,6%, o Brasil ainda perdeu, em média, cerca de 2,7 mil hectares de vegetação nativa por dia em 2025.

Para especialistas, o resultado mostra que políticas públicas, fiscalização, inteligência territorial e pressão do mercado internacional conseguem produzir efeitos concretos. Mas também revela que regiões estratégicas como o Cerrado tocantinense permanecem no centro das disputas entre preservação ambiental, expansão econômica e segurança climática.

A avaliação predominante entre pesquisadores é que o país conseguiu interromper uma trajetória de crescimento acelerado da devastação observada nos últimos anos. A próxima

etapa, porém, será mais difícil: transformar a redução pontual em uma tendência permanente e compatível com as metas climáticas assumidas pelo Brasil nos acordos internacionais.